

O Barreiro operário, anos 30/50. Um retrato social

Rosalina Carmona¹

Resumo

A comunicação que preparei é sobre a condição operária, mas a reflexão que proponho vai especialmente para as consequências sociais do processo de industrialização e o que ele representou para o Barreiro.

Enquanto a vila se transformava num centro altamente industrializado, engrossavam os fluxos migratórios que desde meados de Oitocentos, atraíam muita gente ao Barreiro. De acordo com a imprensa local «gente de todas as aldeias vilas e cidades do país para aqui emigrou, como para um novo Brasil em miniatura»².

Infelizmente a CUF não trouxe só bem-estar e progresso. O que analisamos em seguida são as repercussões dramáticas desse desmedido afluxo de pessoas. Esta comunicação não se reporta exclusivamente ao universo CUF mas, reflecte as vivências quotidianas de uma parte da população operária do Barreiro, em pleno apogeu cufista.

Enquanto a antiga vila se transformava num centro altamente industrializado e a União Fabril constituía o motor de desenvolvimento do concelho e do país, fenómenos como a falta de habitação, a pobreza, a fome, a exclusão, doença e a poluição assolavam o Barreiro.

Foi um alto preço a pagar, custos sociais resultantes de um processo de industrialização que durante um século, aproximadamente, marcou a vida e a história mais recente do Barreiro.

¹ Técnica Superior, Câmara Municipal do Barreiro - Comunicação apresentada ao Colóquio Internacional 'Industrialização em Portugal no século XX. O caso do Barreiro', UAL, IIP, 2010, p.231-251

² "O Eco do Barreiro", 4 de Outubro, 1930

1. O problema habitacional. «Vilas Operárias» e Bairros Operários

Até ao século XIX o Barreiro viveu da pesca, da moagem, de artes e ofícios que em pequenas oficinas e estaleiros ocupavam uma parte da população; de alguma agricultura, sobretudo nas quintas, fazendas e pequenas hortas e vinhas que cercavam os arrabaldes da vila. A partir de meados de Oitocentos, com a implantação do caminho-de-ferro, alguns terrenos começam a ser loteados e urbanizados e dessa forma começam a surgir, excêntricos ao núcleo urbano, alguns “bairros operários”, destinados aos ferroviários e suas famílias, o primeiro no Alto José Ferreira junto à primitiva estação ferroviária (actuais oficinas da EMEF), perto do local onde, em 1935, será construído o Bairro Ferroviário, em terrenos do Palácio Coimbra.

Outros vão aparecer ao pé do Barreiro-A, como o “Bairro Miranda”, a “Vila Manso”, a “Vila Braz”, ou o “Bairro do Teodósio” que lhe ficava anexo, com as suas casinhas de adobe onde os inquilinos pagavam entre 5 e 10 tostões, todos no Alto do Seixalinho.³

A partir da instalação do caminho-de-ferro, desenvolveram-se os fabricos corticeiros que geram correntes migratórias com origem no Sul, especialmente Alentejo e serra algarvia, que nunca mais haviam de parar em direcção ao Barreiro. Nesta fase registamos o aparecimento de algumas “Vilas” e “Correntezas Operárias” como as da Rua Marquês Pombal, Largo Alexandre Herculano e Rua Miguel Bombarda.

Refira-se que as chamadas “Vilas Operárias” surgem no final de Oitocentos, construídas por negociantes e industriais como prédios de rendimento, destinadas ao aluguer.

³ CARMONA, Rosalina – *...do Barreiro ao Alto do Seixalinho Um Passado Rural e Operário*, Junta de Freguesia do Alto do Seixalinho, 2005, p. 68

Em Lisboa são vários os exemplos mas, talvez os mais conhecidos, ainda hoje, sejam a “Vila Grandela” em Benfica, construída por aquele grande proprietário para o seu pessoal; a “Vila Santa Marta” formada por dois pisos, com quartos de dimensões minúsculas individuais ou colectivos para alugar e ainda a “Vila de Santo António”, propriedade do Conde Burnay «uma verdadeira caserna operária com quartos e dormitórios».⁴

Um quadro geral das condições de vida do operariado barreirense é traçado em 1910, pelo jornal ‘Avante’, que se refere ao insuficiente número de casas, ao preço excessivamente alto, à falta de conforto e sobretudo à ausência de condições de salubridade e higiene das casas.

«São geralmente trez ou quatro, às vezes cinco divisões pequeníssimas, casas térreas ou assoalhadas, mas sem caixa d’ar nem ventilação adequada. Não possuem agua a não ser algumas em cujos patteos há poço, nem pias de despejo, por falta de colectores geraes na villa. Aquellas em que o proprietário tem construída fossa para despejos, valorizadas por esse melhoramento, sobem consideravelmente de preço o que as torna inacessíveis aos ganhos do operariado.»⁵

Os problemas causados pelos grandes aglomerados populacionais que viviam sem as mais elementares condições de higiene, colocaram-se em Portugal com maior acuidade quando, em 1899, Lisboa foi devastada pela pneumónica. Começam então a circular ideias de criar bairros operários «modelo», que deveriam proporcionar aos seus moradores um espaço habitável, com o mínimo de higiene e conforto.

Apesar de estas ideias só se tornarem conhecidas em Portugal no século XX, elas eram já correntes em toda a Europa desde os princípios do século XIX. Existem muitos exemplos de grandes patrões e industriais europeus que constroem bairros para o seu pessoal.

⁴ GROS, Marielle Christine, *O Alojamento Social sob o Fascismo*, Porto, ed. Afrontamento, 1982, p. 98

⁵ «Questionário ao Trabalho Industrial – VII Condições da vida operária», ‘Avante’, 10 de Novembro, 1910, p. 4

Cita-se o caso, talvez o mais antigo, dos «proprietários do *Grand-Hornu* em Mans, quem primeiro na Bélgica em 1817 construíram casas para operários.»⁶ Podem referir-se, ainda outros casos na Alemanha nas cidades de Essen ou Dusseldorf, em França em Paris e Puteaux, na Inglaterra em Londres e também na Áustria. Mas é sobretudo a Bélgica que é considerado na época o «país modelo, que tanto tem melhorado a situação das suas classes operárias...»⁷ Isto, ainda em pleno século XIX.

Em sentido inverso, em Portugal em 1912, os operários e assalariados dos grandes centros industriais de Lisboa, Setúbal, Covilhã, Porto e Braga, viviam em bairros pobres apertados e sujos «autênticos viveiros de germes contagiosos.»⁸

Contudo, ciente dos riscos para a saúde pública, o Ministério do Fomento da I República alertava a que se melhorassem as condições dos operários para que «...continue a haver braços fortes que movam as enxadas e martelos, mãos nervosas e ágeis nos fusos e teares»⁹. A mesma fonte prevenia os 'patrões inteligentes', que uma habitação cómoda e saudável, além de atrair o operário e fixar a família, fortalecia hábitos de asseio do corpo e conferia melhor disposição ao trabalhador.

Considerava-se, finalmente, como particularmente vantajoso o facto de o operário morar perto da fábrica pois, assim perdia muito pouco tempo no caminho de casa para a fábrica e vice-versa, bem como se desenvolvia «nesse pessoal o amor por aquelle meio fabril, que, mais e mais, se vai arraigando pelo correr do tempo.»¹⁰

⁶ OLIVEIRA, Simões - «Contribuição para o Estudo das Casas para Operários», *Boletim do Trabalho Industrial*, nº66, 1912, Lisboa, p. VI

⁷ Ob. cit.

⁸ Idem p. 3

⁹ Ibidem

¹⁰ Ob. cit. 29

“Pátios Particulares”

Com a Companhia União Fabril em expansão permanente, a intensificação da produção industrial exigia cada vez mais mão-de-obra. É no decurso deste processo que o Barreiro começa a registar, a partir dos anos 30, um crescimento muito sensível da população, situação que vai inscrever-se nos fenómenos de êxodo rural em direcção às cidades – aspecto que caracteriza toda a década de 30 culminando na década de 40 – o que contribui para o agravamento do problema da falta de habitações ao nível geral.

«O afluxo populacional às cidades portuguesas tem o seu momento de maior impacto na década de quarenta, em particular a Lisboa e aos concelhos limítrofes.»¹¹

Segundo um estudo da Câmara Municipal datado de 1948, estimava-se que naquela década a população tivera um aumento aproximado de 40%, sem que o ritmo da construção acompanhasse o progresso demográfico.¹²

Neste contexto, o problema da falta de habitação, pela sua amplitude e consequências, colocava-se como uma questão de natureza social de grande gravidade, em face do número de famílias e indivíduos a que faltavam habitações, situação agravada pela existência de «milhares e milhares de outras com poucas ou nenhuma condições de higiene, de comodidade e de conforto, onde se amalgamam famílias inteiras que vivem desprovidas dos requisitos mínimos que possam torná-las saudáveis e felizes.»¹³

No Barreiro, algumas destas ‘habitações’ situavam-se em pequenos pátios, no interior de quintais. Eram casinhas de tijolo e madeira, «abarracadas, à retaguarda das

¹¹ JANARRA, Pedro – *A política Urbanística e de Habitação Social no Estado Novo, tese de Mestrado em Sociologia* (policopiado), Lisboa, Biblioteca Nacional, 1994, p.33

¹² ‘O Problema Habitacional no Concelho do Barreiro - Estudo- 1948’, CMB, L/A 03, Cx 2

¹³ ‘Ob. cit.

habitações ou para lá de muros de vedação, constituindo minúsculos pátios com serventia para a rua.»¹⁴

No inquérito realizado, a Câmara Municipal registava que as condições em que habitava uma grande parte da população operária eram verdadeiramente angustiantes.

«Num prédio antigo existente no centro da vila, vive uma família de cinco pessoas, que não dispõem de ar nem de luz directa, e que não tem, também, instalação eléctrica. O chefe de família é operário na C.U.F. e paga de renda 60\$00.»¹⁵

No mesmo inquérito é registada a existência de 486 barracas no concelho, habitadas nas condições mais precárias e estimando-se que o número tivesse aumentado no último ano. Toscas e doentias, não ofereciam defesa contra o frio, o calor ou a chuva e geralmente eram constituídas apenas por uma única divisão onde habitava toda a família. Ali, «entre imundície e imoralidade»¹⁶, palavras como conforto ou privacidade não faziam qualquer sentido.

Foram-se espalhando pelo Bairro das Palmeiras (vulgo Bairro da Folha), Alto do Seixalinho, Quinta dos Silveiros, Alto da Paiva, Recosta e chegaram à Baixa da Banheira, ou Bairro Xangai como era conhecida na época aquela vizinha localidade do Barreiro.

«Numa delas constituída apenas por um cubículo – habitam nove pessoas. É frequente, no entanto, encontrar casos em que cinco pessoas dormem no mesmo cubículo e na mesma cama. Encontrámos alguns, em visitas que fizemos ao Alto do Seixalinho e Quinta dos Silveiros, assim como em certos ‘pátios particulares’, no Bairro das Palmeiras.»¹⁷

¹⁴ PAIS, Armando da Silva – *O Barreiro Contemporâneo*, CMB, vol. I, 1965, p. 307

¹⁵ O Problema Habitacional no Concelho do Barreiro - Estudo- 1948’, CMB, L/A 03, Cx 2

¹⁶ PAIS, Armando da Silva – *O Barreiro Contemporâneo*, CMB, vol. I, 1965, p. 307

¹⁷ AMB, «O Problema Habitacional no Concelho do Barreiro – Estudo – 1948», AMB, CMB/M/A/04.01/Cx 02 1945-51

O documento informa ainda que algumas barracas são habitadas por indigentes mas «grande parte é utilizada por operários com grandes encargos de família e que vencem pequenos salários de 20 e 30\$00 diários.»

O Bairro da CUF

Cem anos volvidos, sobre a construção do primeiro bairro operário na Europa, Alfredo da Silva manda edificar em 1909, o Bairro de Santa Bárbara. Para os padrões da época, o Bairro da CUF constituiu uma novidade, pois oferecia melhores condições aos moradores, possuía rede de esgotos, abastecimento de água potável e iluminação eléctrica. Contudo, destinava-se a uma pequena minoria de operários, comparando com o número efectivo de funcionários da empresa.

O bairro constitui um dos aspectos mais visíveis da chamada “obra social” da CUF, na qual Alfredo da Silva se empenhou pessoalmente, ao defender um modelo, ao qual não era alheia «uma vertente política bem vincada»¹⁸.

Na realidade, com o objectivo de evitar greves e protestos Alfredo da Silva ‘oferecia’ benefícios aos operários, desarmando os seus opositores políticos, especialmente republicanos e socialistas que o acusavam de pretender «chamar para os seus *Clubs* o pessoal da Companhia a fim de lhe inculcarem no espírito insubordinação.»¹⁹

A “obra social” da CUF enquadra-se numa lógica de estratégia empresarial, de que a construção do bairro no interior da própria fábrica é, um dos casos mais paradigmáticos da política de fixação do operário ao local de trabalho, num «modelo paternalista»²⁰, tendente a desencorajar atitudes de contestação política ou laboral.

¹⁸ FARIA Miguel – *Alfredo da Silva Biografia 1871-1942*, Lisboa, Bertrand, 2004, p. 112

¹⁹ *Idem*

²⁰ Vd. ALMEIDA, Ana Nunes de – *A Fábrica e a Família – Famílias operárias no Barreiro*, Câmara Municipal do Barreiro, 2ª ed. 1998, p. 170

Com efeito, o «rosto mais simbólico do capitalismo em Portugal»²¹ não se mostrava muito apoquentado com as condições de vida e de trabalho dos seus operários, opondo-se tenazmente à aplicação da Lei das 8 horas²², recusando-se a aplicar «legislação que impunha a responsabilidade patronal em certos domínios, como os acidentes de trabalho».²³

As condições de admissão no Bairro Operário podiam depender de vários aspectos, pois que a atribuição de uma casa passava pela «existência de apertados e rígidos critérios de acesso à habitação disponibilizada pela Companhia»²⁴. Um dos motivos mais importantes para a escolha estava relacionado com a função hierárquica que o “beneficiado” desempenhava, ou com o seu vínculo à empresa, tanto que, somente os trabalhadores efectivos ou os seus familiares eram escolhidos para as casas que vagavam.

Morar perto da fábrica – no caso presente no interior do próprio espaço fabril – constituía uma facilidade para a empresa que, em caso de necessidade, podia dispor e fazer «chamadas frequentes fora das horas normais de serviço ou horários de turnos do pessoal»²⁵, quando tal o justificasse.

A política selectiva estendia-se ainda a aspectos muito particulares da vida dos candidatos à moradia, embora isso fosse confidencial. Na verdade, uma das primeiras condições exigidas era o casamento legal e a «filiação legítima dos filhos»²⁶.

²¹ ALVES, Jorge Fernandes – *Jorge de Mello «Um Homem» Percursos de um Empresário*, Lisboa, Inapa, 2004, p. 15

²² Lei publicada pela I República Portuguesa, em 22 de Janeiro de 1915

²³ ALVES, Jorge Fernandes – *Jorge de Mello «Um Homem» Percursos de um Empresário*, Lisboa, Inapa, 2004, p. 55

²⁴ MARTINS, Alexandre, acedido em <http://www.aps.pt> «Paternalismo, habitação, fidelização operária. O caso do bairro de Santa Bárbara no Barreiro» in *Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia, Atelier: Cidades, Campos e Território*, 2004

²⁵ “Bairro Operário – Normas para Transferência de casas”, texto policopiado, Quimiparque, s.d.

²⁶ Idem

Por outro lado, muito embora não fosse mencionada, a questão religiosa parece não ter sido descurada, pois sabe-se que o novo Bairro da CUF no Alto do Seixalinho, construído em 1955, ficou conhecido entre muitos barreirenses como o “Bairro dos Católicos” por, supostamente, a CUF não atribuir casas a quem não fosse casado pela Igreja Católica²⁷

2. Sobrevivência quotidiana: Carências alimentares, desemprego, pobreza e exclusão

Em Outubro de 1918 o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios realizou um inquérito, sobre o consumo nos meios operários. Chegou à conclusão que a “alimentação tipo” de uma família operária apresentava graves carências proteicas, com um fraco consumo de carne, leite e seus derivados, mas era igualmente insuficiente em termos calóricos, não atingindo em muitos casos as 3400 calorias, consideradas o ‘mínimo vital’ para que um indivíduo pudesse trabalhar e sobreviver.

«Com um consumo alimentar que mal chegava ‘ao mínimo vital’, o proletariado não podia deixar de apresentar numerosos sintomas de uma malnutrição que estava na origem das principais causas de mortalidade entre as classes laboriosas – a tuberculose e o tifo -, a par de uma das mais fortes taxas de mortalidade infantil da Europa.»²⁸

Numa altura em que a Europa era devastada pela I Guerra Mundial, o país sofria os efeitos da falta de alimentos, uma inflação galopante, a escassez das matérias-primas, o encerramento de muitas indústrias, graves crises de desemprego e miséria. É este o quadro que encontramos no Barreiro, situação que não parece atenuar-se entre a I e a II Guerra Mundial.

²⁷ CARMONA, Rosalina – *...do Barreiro ao Alto do Seixalinho Um Passado Rural e Operário*, Junta de Freguesia do Alto do Seixalinho, 2005, p. 122

²⁸ MEDEIROS, Fernando – *A Sociedade e a Economia Portuguesa nas Origens do Salazarismo*, s.l., ed. A Regra do Jogo, 1978, p.143

Os Livros de Actas da Junta de Freguesia do Barreiro referenciam um quadro geral de carências e privações de todo o tipo, com o espectro da fome a colocar-se diariamente desde os finais da I República e, entre 1923 e 1925, a Junta distribuiu vários donativos e bodos, tentando minorar a situação da população pobre da freguesia.

Em 5 de Abril de 1923, face aos constantes pedidos e solicitações de ajuda, a Junta do Barreiro elabora uma lista com os nomes dos indigentes da freguesia, na qual constavam 112 pessoas, a fim de lhes ser distribuída uma oferta do Governador Civil no valor de 2\$50 centavos.²⁹

Na véspera de Natal de 1925, a Junta do Barreiro resolve oferecer um bodo aos pobres mas, a afluência de pessoas foi tão grande que, impotente, a Junta anotava «nesta freguesia a miséria que lavra em muitos lares é muito grande.»³⁰

Os Livros de Actas da Junta dos anos que se seguem mostram sinais que o problema da pobreza e da mendicidade não parece abrandar. Em 14 de Julho de 1931, a Junta procede à distribuição de uma esmola «à pobreza envergonhada do Barreiro, para o que se irão procurar algumas criaturas que vivem na obscuridade».³¹

Nos anos 30, o desemprego e a penúria eram tais que obrigavam a que muitas pessoas recorressem à mendicidade nas ruas, o que passou a ser considerado crime pelo “Estado Novo” com a publicação de legislação repressiva e de controle, desde 1931. Para diminuir a impacto da situação na opinião pública, a Junta concedia pequenos subsídios a pessoas desempregadas, para que pudessem regressar às suas terras onde poderiam ficar completamente abandonadas à sua sorte, mas ocultas ao incómodo público.

²⁹ Junta de Freguesia do Barreiro (JFB), Livro de Actas da Junta 1923-1931

³⁰ Idem

³¹ Idem

Cita-se o caso de Arminda Jesus, a quem foram atribuídos 5\$00 para ajuda da passagem para a sua terra, em virtude de o seu marido se encontrar desempregado. O mesmo auxílio foi concedido a «uma indigente», para que pudesse voltar para sua terra de origem, Alcobaça. A Junta Deliberou também socorrer a indigente Julieta da Conceição com 10\$00, para o transporte de duas filhas menores e para os asilos onde seriam internadas.³²

Regista-se ainda a atribuição de um subsídio de 15\$00 ao menor de 13 anos Albano, para ajuda «da passagem para Oliveira de Frades, visto encontrar-se na mais extrema miséria, mendigando pelas ruas da vila.»³³

Se até aos anos 30 Portugal era ainda um país predominantemente rural – com 80% da população a viver fora dos centros urbanos com mais de 5000 habitantes³⁴ - essa feição começava agora a alterar-se , com o desenvolvimento de alguns pólos industriais, à volta dos grandes centros de Lisboa e Porto. O Barreiro vem a ser um dos casos mais paradigmáticos.

A expansão permanente da CUF promove um afluxo permanente e constante de pessoas, famílias provenientes do meio rural, especialmente do Sul mas também do interior beirão. Chegam, portadoras de incertezas e desprovidas de meios. Tudo o que possuem é, nada mais que, a sua força de trabalho. Este fenómeno, favorecendo o arbítrio e a prática de salários baixos, vai conferindo ao Barreiro um perfil de empobrecimento.

Fenómenos de pobreza extrema atingem parte muito significativa da população barreirense e, toma-se consciência deste problema, ao consultar a documentação da Comissão Municipal de Assistência, que constitui um testemunho irrefutável da situação social no Barreiro, em plena Ditadura Salazarista.

³² JFB, Livro de Actas da Junta, 1931-1935

³³ Idem

³⁴ ROSAS, Fernando - «O Estado Novo», *História de Portugal*, vol. VII, Dir. J. Mattoso, Lisboa, Estampa, 1994, p. 61

Um dos primeiros actos desta Comissão criada em 1946, foi a elaboração de um Relatório dirigido ao Director-Geral da Assistência, Ministério do Interior, que espeha a situação vivida no Barreiro. Começa assim:

«A vila do Barreiro, centro industrial dos mais importantes, constitui simultaneamente importante fulcro de pobreza e miséria. A par da população trabalhadora há, no Barreiro, um considerável número de desempregados, que procuram trabalho, que buscam o pão de cada dia. Vêm de todos os pontos do país, atraídos pela miragem de uma colocação, que raros conseguem. As fábricas têm os seus quadros completos e, por isso, muito difícil se torna, hoje em dia, arranjar nelas colocação.

Estes homens e mulheres que vem procurar trabalho, gastam na viagem para aqui os seus últimos recursos. Não havendo trabalho deixam-se ficar, na esperança e ilusão de que um dia haverá. E vá de estender a mão à caridade, vá de procurar nas entidades públicas subsídios indispensáveis ao seu sustento, vá de revoltar-se contra tudo e contra todos.»³⁵

A ausência de meios, levava famílias inteiras a socorrer-se da assistência social, restando-lhe somente o apoio da Sopa dos Pobres³⁶, ou da Junta de Freguesia e mais tarde da Comissão Municipal de assistência.

No seu balanço anual de 1945, a Comissão Administrativa da Sopa dos Pobres registou a distribuição de 80.975 refeições gratuitas, com uma média diária de 224 refeições.³⁷

Muitos dos que acorrem à Sopa dos Pobres são desempregados, alguns com famílias numerosas de 7 e 8 pessoas e uma com 10 pessoas.³⁸

³⁵ CMB, Comissão Municipal de Assistência, CMB/B/Q/04/Cx. 01, 1946

³⁶ Reminiscência salazarista da ‘Sopa do Sidónio’.

³⁷ CMB, Comissão Administrativa da Sopa dos Pobres – Receita e Despesa referente ao Ano de 1945, Tipografia Comercial, Barreiro, 1946, CMB/B/Q/04/Cx. 01

³⁸ CMB, Comissão Paroquial de Assistência do Barreiro – Relação dos Desempregados Beneficiados com a Sopa do mês de Novembro de 1946, CMB/B/Q/04/Cx. 01

Os Livros de Actas da Comissão Municipal de Assistência fazem eco de situações de miséria que se viviam no Barreiro, e, como reflexo deste fenómeno, verifica-se o aparecimento de um leque muito variado de instituições e associações de apoio aos pobres e carenciados, existentes no período final do segundo conflito mundial.

Citam-se algumas em funcionamento em 1946:

O Socorro Social, com um serviço denominado 'Gota de Leite' destinado a crianças; as Comissões de Assistência do Barreiro, Palhais e Lavradio; a Sopa dos Pobres; a Sopa dos Desempregados ambas com cozinhas próprias onde forneciam refeições gratuitas; o Instituto dos Ferroviários; O Asilo D. Pedro V; o Albergue para Velhos; a Misericórdia. Todas estas instituições facultavam apoio à população pobre do Barreiro e a idosos, especialmente os que aqui chegavam provenientes «de outras regiões do País (especialmente agrícolas), com poucos recursos para sobreviverem com dignidade nas suas terras e que passam a recorrer à Assistência, pela carência de meios de subsistência e na doença, quando não encontram logo a almejada ocupação.»³⁹

Em 18 de Maio desse ano de 1946, A Comissão Municipal de Assistência do Barreiro, enviou um ofício ao Governador Civil de Setúbal dando conta dos pedidos de auxílio que chegavam à instituição. Pediam desde leite para crianças e doentes, a farinhas para lactantes filhos de pais extremamente pobres, pagamento de cautelas de resgate de penhores, especialmente roupas, utensílios de trabalho e pagamento de «rendas de barracas a indigentes.»⁴⁰

A Comissão não era imune às influências políticas, conforme se pode verificar com o que sucedeu em vésperas das comemorações do 28 de Maio. Nesta data, o Presidente da Comissão de Assistência alertava o Presidente da Câmara Municipal para a

³⁹ PAIS, Armando da Silva – *O Barreiro Contemporâneo*, CMB, vol. I, 1965, p. 246

⁴⁰ AMB, CMB/B/Q/04/Cx. 01, 1946

passagem do aniversário da designada «revolução Nacional». Sugeriu que autorizasse o pagamento de várias cautelas de penhores, o que, segundo as suas palavras «seria bastante agradável para os interessados e ao mesmo tempo lhes fazia ver que não haviam sido esquecidos nesta ocasião em que apelaram para V. Ex^a.»⁴¹

Em tempo de poucos recursos e ausência quase total de bens materiais em muitos lares, pouco ou nada escapava ao penhor, nem as peças de vestuário, mesmo as mais íntimas. Da consulta de uma lista de penhores, em que tudo eram objectos usados, constavam 2 cobertores de lã e algodão, 7 lençóis de algodão, 1 xaile preto, 2 xailes de lã, 2 camisas uma de algodão, 3 pares de cuecas, 1 lenço de algodão, 1 par de calças de fazenda, 1 casaco de fazenda e outro de linho, 1 vestido de crepe, 2 metros de flanela, 1 ferro de engomar⁴².

Em Dezembro desse ano, a Comissão Municipal de Assistência dirigiu um pedido às maiores empresas do Barreiro, solicitando auxílio para «os necessitados e indigentes deste concelho, de pequena área e grande população, na sua maioria gente operária» a fim de fazer face «aos sofrimentos de tantos infelizes e desprotegidos da sorte.»⁴³

As Actas da Comissão Municipal de Assistência dão ainda conta de situações limite, como a de uma mãe em 1946, que em desespero e sem recursos para acudir à família, pede o internamento dos seus filhos num asilo.⁴⁴

⁴¹ CMB/B/Q/04/Cx. 01, 1946

⁴² Idem

⁴³ Idem

⁴⁴ Idem

3. Doenças

Por força das circunstâncias em que eram obrigados a viver, a sobrevivência era um desafio diário para muitos operários do Barreiro e suas famílias. Viver em bairros degradados e promíscuos, onde faltavam as condições mínimas para uma vida equilibrada, constituía um passo rápido para o desenvolvimento de doenças originadas pela falta de saneamento básico e deficientes condições de limpeza.

«Como é possível higiene nas pocilgas e mançardas [sic] que servem de moradia a tanto milhar de desgraçados que mal ganham para não morrer? Como é possível o isolamento naquelas casas em que mais de uma família habitam, e em que pais e filho, numa promiscuidade infame, vivem lado a lado, no mesmo aposento?»⁴⁵

Certos bairros – e até uma grande parte da vila - transformavam-se em locais muito perigosos para a saúde, devido à falta de limpeza, surgindo aqui e ali surtos de tifo. Foi o que sucedeu em Setembro de 1926, quando a Junta de Freguesia do Barreiro atribuiu o aparecimento de focos de tifo à falta de limpeza na vila, que classificava como «péssima»⁴⁶. Tais calamidades, por vezes, vitimavam alguns indivíduos e atingiam toda a família, deixando-a incapacitada para o trabalho e em situação de indigência e miséria absolutas.

Segundo revela um relatório da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, os problemas com a falta de assistência médica constituíam uma das maiores dificuldades com que se defrontava o executivo, entre os anos de 1930-1934. Especialmente a falta

⁴⁵ “Eco do Barreiro” «A tuberculose e a higiene» artigo de Alves Gago, p. 6, 8 de Julho, 1936

⁴⁶ JFB, Livro de Actas da Junta, 1923-1931

de equipamentos, como centros de saúde e hospitais, obrigava ao transporte dos doentes para Lisboa. Queixava-se a Câmara por ter de pagar a hospitalização dos doentes pobres, o que representava um encargo «agravado sobretudo pela circunstância da Vila sede do Concelho ter uma população de 17:000 habitantes, na sua grande maioria constituída pelas classes trabalhadoras, sempre crescente, por se encontrar a uma pequena distância de Lisboa e ser, portanto, um centro de atracção na conquista do trabalho e por ser testa do caminho-de-ferro.»⁴⁷

Numa época em que a protecção social era quase nula, a hospitalização dos pobres ficava a cargo da Câmara, o que resultava de um Decreto-Lei de 1933 que considerava como doentes pobres os «indigentes e os indivíduos que vivam exclusivamente do seu trabalho, se dele auferirem apenas o indispensável para a sua manutenção.»⁴⁸

Ora, segundo a própria Câmara, naquela época apenas «uma insignificante percentagem da população do Barreiro é que não estará em condições de aproveitar do benefício concedido»⁴⁹. A Comissão Administrativa referia que tinha emitido até à data, mais de 700 Guias de Admissão aos Hospitais Cíveis de Lisboa, além dos doentes que entraram no Hospital-Escola de Santa Marta, no Instituto Bacteriológico e no Instituto de Oftalmologia. A Câmara queixava-se que a despesa era excessiva para os seus recursos financeiros e pedia a construção de um hospital.

Por outro lado, a má nutrição provocada por uma alimentação minguada e desprovida, ou, em última análise pela fome do dia-a-dia, contribuía fortemente para o aparecimento de certas doenças, em especial da tuberculose. O problema podia ainda agravar-se, pois, nestes meios em que tudo se partilhava o contágio era rápido e tanto podia afectar uma família inteira, como uma sala de aula, propagando-se.

⁴⁷ CMB, «Comissão Administrativa Relatório 1 de Maio e 1930 a 31 de Dezembro de 1934», Câmara Municipal do Barreiro, pp. 56

⁴⁸ Idem

⁴⁹ Idem

A tuberculose parecia constituir um tal flagelo que, até as actividades de carácter social, que juntassem muitas pessoas, representavam perigo para a saúde pública, pelo risco de contágio.

«Pela autoridade local foi determinado que as Sociedades de Recreio locais não possam realizar mais de dois bailes por mês, a fim de evitar a propagação da tuberculose.»⁵⁰

A respeito da tuberculose, sobretudo nas crianças em idade escolar, referia Joaquim José Fernandes, Presidente da Câmara do Barreiro, num Estudo sobre o problema da habitação em 1948, o seguinte:

«Há poucos meses ainda, um médico desta vila afirmava que mais de 70% das crianças do Barreiro acusavam primo-infecções tuberculosas»⁵¹. E dizia mais, que os professores primários observavam não ser possível exigir um rendimento intelectual mais elevado ás crianças, mesmo em épocas de exame, em virtude de serem «raras as que podem resistir a um trabalho mais intenso sem acusarem graves sintomas de fadiga.»⁵²

Referência ainda, para uma informação que a Comissão Municipal de Assistência enviou ao delegado do Dispensário do Barreiro, em 1946, onde aconselhava a criação de uma Sala de Espera para os doentes. Diariamente, à porta daquele estabelecimento, esperavam consulta muitas pessoas e a presença «desses infelizes na rua, permanência que é assaz desagradável para todas as pessoas que transitam junto dessa instituição»⁵³ era incómoda, pela exposição pública do problema.

⁵⁰ «Eco do Barreiro» «A tuberculose e a higiene» artigo de Alves Gago, p. 6, 8 de Julho, 1936

⁵¹ CMB, «O Problema Habitacional no Concelho do Barreiro – Estudo – 1948», CMB/M/A/ 04.01/Cx 02 1945-51, pp. 34

⁵² Idem

⁵³ Idem

4. A Poluição: os “gases da CUF”

Num contexto de transformações profundas, em que o Barreiro se tornara um dos centros mais industrializados do país, a intensificação da produção fabril representou a ruptura com a paisagem tradicional.

As actividades industriais da CUF fizeram-se sentir desde os primeiros tempos, transformando a paisagem e o ambiente por completo, num processo destrutivo que, para os padrões actuais, seria completamente inaceitável.

Logo em 1910, Veiga Beirão amigo pessoal de Alfredo da Silva, em visita às fábricas do Barreiro, dá-se conta das mudanças. Referindo-se às grandes chaminés que ora desenhavam o perfil do Barreiro, assinalava o «odor horrível das emanações químicas que se espargem no ar...»⁵⁴, provocadas pelo pulsar do gigante industrial.

Na verdade, nada voltará a ser como dantes na antiga vila piscatória e nem sequer o rio, com a sua rica fauna marítima, escapa à destruição provocada pelos líquidos e lamas resultantes dos fabricos químicos.

Se é certo que à época de instalação da CUF no Barreiro não existia ainda uma consciência ecológica clara, os efeitos da poluição eram, contudo, visíveis e começavam a preocupar a Câmara Municipal.

Com efeito, seis anos após a laboração da CUF, já em plena República, a Comissão Executiva da Câmara solicita ao Sub-Delegado de Saúde do Barreiro, um parecer «sobre o fumo das chaminés da Companhia União Fabril que se julga muito prejudicial para a saúde pública.»⁵⁵

⁵⁴ ALMEIDA, Ana Nunes de – *A Fábrica e a família*, Câmara Municipal do Barreiro, 2ª ed. 1998, p.143

⁵⁵ CMB/B/E/01, Livro de Actas nº 1, 1914-1915

As preocupações com a saúde e com o ambiente ressaltam, igualmente, de um ofício do Centro Socialista do Barreiro, pedindo enérgicas providências «sobre o mal que está causando à vegetação e às pessoas que comem hortaliças, o ácido sulfúrico da Fábrica da União Fabril.»⁵⁶

Na continuidade destes registos, encontramos em 11 de Maio de 1916, uma reclamação dos moradores do Largo das Obras «por causa das águas dos poços deste sítio não estarem em condições de serem utilizadas para consumo, devido a infiltrações vindas da fábrica da Companhia União Fabril.»⁵⁷

A expansão da CUF, com o conseqüente aumento da poluição industrial, levantava as mais sérias reservas à Comissão Executiva da Câmara republicana que, a 24 de Maio de 1917, enviou um protesto ao Administrador do Concelho opondo-se à construção da «nova fábrica de sulfuretos da Companhia União Fabril, desta vila»⁵⁸, por considerá-la prejudicial à população do Barreiro.

O problema da poluição vai intensificar-se e encontra repercussão na imprensa local, nomeadamente no jornal “Eco do Barreiro” que, a partir de Novembro de 1929 começa a publicar uma série de artigos, alertando para a gravidade da situação, numa campanha de denúncia pública, que ficou conhecida como “A Questão dos gases da CUF”. A própria Comissão Administrativa da Câmara Municipal da época, acaba por associar-se a esta campanha e vai promover um abaixo-assinado, convidando a população a subscreve-lo.

Durante meses sucessivos, em artigos bastante críticos, o semanário “Eco do Barreiro” foca o desinteresse da CUF, da sua Administração, e de Alfredo da Silva em particular, para resolver o problema «dos gases».

⁵⁶ CMB/B/E/01, Livro de Actas nº 1, 1914-1915

⁵⁷ Idem

⁵⁸ Idem

«Se por um lado a CUF muito beneficiou o Barreiro, por outro lado, nalguma coisa o tem prejudicado [...]

Estragou-nos uma bela praia, cortando-a a meio e sujando-a de tal maneira, com ácidos e outros desperdícios, que hoje as suas areias estão queimadas, as águas amarelas e sujas e os banhistas, mesmo os da terra, já fogem, sem falarmos nos que vinham, do Alentejo e regiões circunvizinhas...»⁵⁹

Argumentando contra os fumos venenosos que saem das fábricas, refere que a população que é intoxicada é a mesma que enriquece os cofres do patrão da CUF, a quem apela «quási de joelhos e mãos postas», mas «Alfredo da Silva não se comove! Continua frio como gelo!

E porque não se comove esse homem, esse grande industrial deshumano?

É porque não seja de carne e osso, como qualquer um de nós?

Não! Ele é de carne e osso, mas, no lugar do coração, tem um cérebro de grande calculador ultra-egoísta e no lugar da consciência, esse vasio enorme, tem os cofres colossais da sua desmedida ambição.»⁶⁰

O eloquente artigo do “Eco do Barreiro” prossegue classificando o problema como um cataclismo ou «autêntica guerra de gases asfixiantes» que se abateu sobre a população do Barreiro, perante a completa indiferença das «pessoas que dirigem a CUF [a quem] não merece o mais pequeno respeito a preciosa vida deste povo.»⁶¹

«Nada escapa às rajadas devoradoras dos gases da CUF. Morrem as plantas, morrem os frutos, morrem as flores, morre a própria terra que fica calcinada debaixo de tão densas nuvens de gaz e de veneno, e ninguém se apercebe e ninguém se comove por

⁵⁹ “O Eco do Barreiro”, «A velha questão dos fumos», 5 Junho, 1930, 1ª página

⁶⁰ “O Eco do Barreiro”, «Bradar no deserto: Gases da CUF», Julho, 1930

⁶¹ O Eco do Barreiro”, «Gases asfixiantes sobre a população do Barreiro – O crime de um potentado», 15 de Novembro, 1930, 1ª página

uma situação tão desesperada que está causando a desolação e a ruína de tantos milhares de pessoas!»⁶²

A fim de acompanhar os problemas ambientais, causados pelos fumos que chegavam a todo o lado e fomentavam um ambiente verdadeiramente doentio na população, a Câmara criou uma Comissão Municipal de Higiene, que entrou em vigor em 1929. De tempos a tempos emitia pareceres, nos quais considerava o Barreiro uma terra insalubre, devido à grande concentração industrial existente, mas tais pareceres caíam em saco roto.

Num destes pareceres, datado de 1947, esta Comissão referia que os gazes «até provocam vômitos e náuseas aos habitantes»⁶³ e pedia providências contra as emanações expelidas das fábricas da CUF.

Como a Autarquia reconhece, em 1948 não era só o centro da Vila que era afectado mas, até os bairros e freguesias limítrofes não possuíam zonas ajardinadas suficientemente defendidas da influência dos fumos «que fossem próprias para crianças ou adultos.»⁶⁴

No final da década de 50, o parecer sobre o Ante-Plano de Urbanização do Barreiro refere que as indústrias químicas da CUF continuavam a libertar gases tóxicos que «arrastados pelos ventos do norte, tornam insalubre e tóxica toda a zona moderna da vila.»⁶⁵

Os problemas ambientais terão continuidade nas décadas seguintes e permanecem, ainda hoje, como uma das heranças do processo de industrialização que, durante perto de um século, marcou a vida e a paisagem no Barreiro, tornando-se uma imagem de marca muito negativa para a famosa vila industrial e operária.

⁶² “O Eco do Barreiro”, 4 de Outubro, 1930

⁶³ CMB, Comissão Municipal de Higiene, CMB/B/Q/04, Cx. 2

⁶⁴ Idem

⁶⁵ Arquivo do Ministério das Obras Públicas, «Parecer nº 2715 do Conselho Superior das Obras Públicas», fl 54